

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONSTRUINDO METODOLOGIAS E PRÁTICAS PARTICIPATIVAS

Kelen Jussara Tavares Caminha¹
Katiúcia Auxiliadora Tavares Caminha²
Maria Adelina de Queiroga³
Erica Dantas da Silva⁴
Paulo Fernando da Silva⁵

RESUMO

O debate sobre a questão ambiental, na atualidade vem ocupando agendas de governantes, intelectuais e da sociedade civil, inserida ou não em movimentos sociais ou organizações não-governamentais, no empenho da resolução da crise sócio-ambiental gerada pelos próprios desmandos em relação à natureza e pelo emprego indiscriminado da técnica em nome do desenvolvimento econômico. Diante de um emaranhado de ideias e de valores disseminados a partir de um olhar marcadamente antropocêntrico o homem atual minimiza o valor à natureza e a "entende" erroneamente na lógica mercantilista-exploradora. A Educação Ambiental (EA) nasce da sensibilidade de aliar conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural com uma nova consciência de valores de respeito aos seres humanos e aos recursos naturais, com perspectivas de ajudar a formar uma mentalidade impulsionadora da construção de um novo paradigma emancipador. Este trabalho busca refletir sobre as metodologias e práticas implementadas no município de Cajazeiras- P.B., numa parceria entre o Instituto de Educação e as Secretarias Municipais de Educação e Esportes e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Cajazeiras – P.B., e a partir de uma análise sobre a efetividade de seu alcance.

Palavras-chave: Educação ambiental, Desenvolvimento sustentável, Formação continuada.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI o debate sobre a questão ambiental ganhou uma extraordinária dimensão, principalmente no âmbito das políticas públicas, uma vez que a grande maioria dos governantes sentiu-se pressionado a desenvolver propostas e ações adequadas aos apelos sociais e da natureza, frente aos inúmeros problemas criados pelos próprios desmandos do modelo acelerado de desenvolvimento econômico, fruto de uma inserção passiva e tardia no capitalismo e suas formas de produção tecnicista.

Boaventura Santos (1996), ao analisar o projeto da modernidade, referindo-se ao período que se inicia no final dos anos sessenta e se estende até os anos noventa, e que ele

¹ Aluna do curso técnico, kelenjpa@gmail.com;

² Aluna do curso técnico, katiucia.kt@gmail.com;

³ Aluna do curso técnico, adelinaqueiroga2012@live.com;

⁴ Aluna do curso técnico, ericadantasdasilva70@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Doutor em educação- FASP, cap_fernando12@hotmail.com;

denomina de período do capitalismo desorganizado, traz a contribuição de Karl-Otto Apel para realçar os dilemas da modernidade, que nos confinou numa ética individualista que nos afasta da responsabilidade pelos acontecimentos globais, como a catástrofe nuclear ou ecológica.

Por outro lado, a atualidade, pautada em processos sociais democráticos, nos traz como desafio a emergência de um novo paradigma de sociedade e cultura, o que implica numa mudança radical de mentalidade, que vai ocasionar modificações profundas nas relações sociais e nas formas de organização, requerendo novas respostas às questões dos diferentes campos: político, social, econômico, ecológico, cultural e, sobretudo, no campo educativo, espaço político-pedagógico em que se trabalha mentalidades e posturas.

As mudanças que se fazem necessárias passam a centralizar as preocupações contemporâneas de caráter científico motivadas pelo avanço tecnológico, pela intensidade de novas demandas do conhecimento, pelas demandas da transnacionalização e pelas revoluções no campo da informação, das telecomunicações, da biotecnologia.

Isso se faz fundamental, sobretudo quando se constata que o pensamento, na atualidade, encontra-se submetido/adaptado à lógica do instrumento, em função da influência das técnicas sobre o comportamento humano, afetando as maneiras de pensar, que vão se direcionar muito mais para aquilo que é considerado útil, material, forjando a prevalência de um único sistema técnico, base material da globalização. (Santos, 1999).

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, destacando-se Tbilisi, em 1977, passando pelo Relatório Brundtland, em 1987, pela Rio 92 e chegando à Lei 9.795/99, que institui a Política Ambiental e normatiza a Educação Ambiental em nosso país, temos constatado um descompasso entre o proclamado e o realizado no cotidiano das práticas políticas, em seus diferentes níveis e locais de ação.

No que concerne ao avanço democrático de discussões sobre o meio ambiente e à questão da sustentabilidade, gestado nos movimentos de base, perspectivados a partir de múltiplos olhares e saberes do campo social, observa-se que nas últimas décadas estes discursos trazem um forte contorno sócio-educacional.

De acordo com Leis (1999, p. 53-55) as concepções tradicionais sobre o ambientalismo têm implícito essa dimensão antropocêntrica e destaca o enfoque histórico vital que ele deve ter, permitindo dar relevância à multiplicidade de suas expressões e suas interações, concebendo o conflito e a cooperação atravessando e redefinindo o

comportamento dos diversos setores e atores sociais em termos de suas orientações favoráveis ou contrárias a uma relação equilibrada entre a sociedade e a natureza.

Estudos e debates têm sido produzidos na última década e nesse início de século considerando que o pensamento do homem, formado em uma concepção cartesiana de mundo, é que fragmenta/parcializa a sua compreensão da realidade natural/social. Nesse sentido, o conhecimento resultante do processo educativo tem se transformado em coisas, objetos, mercadorias, técnicas descontextualizadas do humano/ambiente.

Frente a este emaranhado de ideias e de valores, o homem atual minimiza o valor à natureza, se relacionando pela lógica mercantilista-exploradora. Deste contexto confuso nasce, por outro lado, uma ótica mais sensível de verdadeiro sentimento à natureza que desperta para problemas do presente, agravos futuros e conscientiza para atitudes necessárias que estão diretamente ligadas à sua reintegração com o ambiente.

Face essas constatações, a escola, como uma das principais agências formadoras do ser humano, vê-se questionada e desafiada pelas pressões que o mundo contemporâneo vivencia. Um dilema tem se apresentado à instituição escolar:

Continuar acoplada a velhos conceitos, orientando currículos/conteúdos e práticas para atender a uma estrutura fechada, normativa e continuamente identificada como impositiva e restritiva, centrada num modelo disciplinar hierarquizado, ou, de outro modo, repensar-se, reavaliar-se e reorientar-se por processos autoorganizativos, realmente contextualizados histórica e culturalmente, numa perspectiva interdisciplinar.

Nesta segunda opção é fundamental entender que o conhecimento é produzido a partir do próprio sujeito e da sua inserção no universo/sociedade, observado na multiplicidade de facetas que o constituem como humano.

A partir desse entendimento, se focaliza a importância da intensa e extensa rede de relações que se interconectam, numa interdependência entre todos os processos sociais e naturais que configuram a própria humanidade e que traçam a teia de comunicações entre os diferentes sujeitos nos quais essa humanidade se faz presente.

No seio dessa complexidade e para entendê-la e nela sobreviver entendemos que é fundamental perceber a realidade atual sob uma ótica humanizadora, constituindo-a inclusive como valor a atingir, pois, segundo Bosi (1992, p. 365) “essa marca teleológica nos ensina a apreciar nos meios técnicos precisamente o que são: instrumentos, objetos úteis, produtos da inteligência prática, e não um fim em si mesmos.”

METODOLOGIA

O presente estudo é resultado de observações e vivências que ajudaram a perceber a importância de se construir e desenvolver metodologias práticas e participativas no âmbito da educação ambiental.

Apesar de tal temática está sendo amplamente discutida tanto no âmbito social quanto escolar e de haver, inclusive, leis que amparam o cuidado e a preservação ambiental, ainda assim tem-se a necessidade de se fazer uma discussão objetivando refletir e apresentar aportes teóricos que justificam a importância da educação ambiental no processo formativo do sujeito.

Nessa perspectiva, optou-se por fazer uma discussão utilizando, a revisão bibliográfica, para assim ser viável demonstrar o quanto é importante refletirmos e pensarmos acerca destes processos educativos tão emergentes.

Para tanto, foram feitas pesquisas na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e google acadêmico, utilizando como critério de inclusão os resultados que contivessem dados fiéis e recentes, e como critério de exclusão os resultados cujas fontes não fossem confiáveis.

DESENVOLVIMENTO

A educação ambiental (EA), no discurso dos processos sociais, origina-se da sensibilidade de aliar conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural com uma nova consciência de valores de respeito aos seres humanos e aos recursos naturais, com perspectivas de formar uma consciência ambiental através da difusão de novos valores resultando talvez numa dimensão culturalmente consciente de atitudes ecológicas.

Como destaca Carvalho (2003, p. 29), “o grande desafio da EA se passa em nível ético”. O fato de reservar especial atenção à dimensão ética do fazer Educação Ambiental, mais dirigida a sua prática, advém igualmente do fato de não querer apresentá-la como uma espécie de “remédio milagroso” solucionador de todos os problemas ambientais. A ética deve ser o leme que irá direcionar o pensamento ideológico que a EA será capaz de despertar e que esteja compromissada com a busca da justiça social.

É fundamental ter ciência, conforme enfatiza Carvalho (op. cit., p. 42) de que o fato de que a EA, se constitui como uma forma de luta contra a crise ambiental e o modo autoritário/extrativista como os indivíduos tem se relacionado com o meio ambiente.

Mesmo reconhecendo a sua importância, enquanto promotora de uma nova consciência ecopedagógica e ambientalista, é inegável que desligada de uma política ambiental mais efetiva e acompanhada de uma legislação rígida socialmente referenciada, ou de ações voltadas para uma distribuição de renda mais igualitária ou ainda para a construção e manutenção de um contexto político-cultural favorável, estaremos agindo no "vazio", longe de vislumbrar um futuro sócio-ambiental menos desolador.

Como bem destaca Quintas (1997, p. 79):

"A prática da EA deve ter como um de seus pressupostos, o respeito aos processos culturais característicos de cada país, região ou comunidade.(...) Isto significa reconhecer que há diferentes modos de relacionamento homem-homem e homem-natureza. Na sociedade brasileira esses diferentes modos de relacionamento determinam a existência de conhecimentos, valores e atitudes que devem ser considerados na formulação, execução e avaliação da prática da EA."

Para isso é necessário relacionar e descobrir novas formas de lutar pela construção deste projeto. A participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo é fator fundamental na cobrança dos órgãos controladores do serviço público para que os recursos e as políticas públicas se voltem em benefício dos cidadãos e até possibilitem a ampliação dos direitos.

A Constituição Brasileira, de 1988, incorporou em seu texto a Educação Ambiental, conforme o Art. 225, ressaltando a qualidade de vida como integrante da própria cidadania. Os Parâmetros Curriculares Nacionais também apresentam a questão ambiental como um dos temas transversais do currículo do Ensino Fundamental.

Mas a sua efetivação no cotidiano escolar ainda apresenta lacunas. Em muitos casos, tem se limitado a ações isoladas e/ou a entendimentos parcializados sobre a questão ambiental, orientados por uma visão excessivamente biologizada, dentro de uma vertente ecológico-preservacionista, e/ou fica restrita a eventos comemorativos (dia da árvore, dia do meio ambiente).

Ainda limitada à realização de algumas atividades práticas, denominadas extra-curriculares, eventuais (campanha do lixo, coleta para reciclagem, caminhadas ecológicas, visitas, plantio de hortas, etc.), sem a contextualização necessária e sem a internalização sobre o real entendimento da problemática ambiental no cotidiano das comunidades escolares.

A promulgação da Lei 9795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui uma Política Nacional de EA, foi uma relevante conquista da sociedade civil, pois dá lugar à

democracia e à justiça social no campo da questão em tela, cabendo ao poder público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental.

Além de promover a mesma nos currículos de todos os níveis e modalidades de ensino, bem como no âmbito não-formal. Ressalte-se que três dos objetivos fundamentais que são definidos por esta lei, além de apontar para uma perspectiva de sustentabilidade, dizem respeito a uma visão necessariamente interdisciplinar no contexto educacional.

Tal visão implica numa nova forma de encarar as questões ambientais por parte das instituições escolares, para além dos reducionismos e simplificações instalados. A possibilidade interdisciplinar, por sua vez, tem se constituído um discurso presente, em especial nas universidades, mas uma prática ainda muito tímida e, na maioria das vezes, mal interpretada e mal conduzida.

No entanto, já existem inúmeras experiências inovadoras que têm dado conta de avançar tanto conceitual quanto metodologicamente, no campo da educação ambiental, enquanto prática interdisciplinar, voltada para a qualidade de vida.

A conscientização dos docentes da rede pública de ensino para a importância do seu engajamento nesse processo de produção/construção de novas práticas pedagógicas mediadas pela educação ambiental se constituiu em um desafio a ser por nós perseguido.

Compactuamos com a perspectiva apontada por Carneiro (2002, p. 76) e compreendemos a Educação Ambiental orientada pela vertente sócio-ambiental, o que significa que os currículos requerem uma dinâmica pedagógico metodológica interdisciplinar, crítica e prospectiva, tendo em vista a formação de sujeitos eticamente responsáveis para com o ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mais do que ativismo ecológico, o que se pretende é caminhar para a assimilação e execução de uma nova postura/mentalidade frente à realidade que se tem e se pretende modificar. E essa mudança se faz na medida em que essa mesma realidade se mostra insustentável e a reflexão sobre sua insustentabilidade leva a posturas modificadoras.

O acompanhamento de todo o processo é fator fundamental para o alcance dos objetivos propostos e o que se tem percebido é um engajamento por parte dos sujeitos e a mudança gradual de atitudes, valores e posturas frente à questão ambiental.

Nota-se esse engajamento, quando os cursistas/professores foram e estão sendo capazes de se descobrirem propositivos no que diz respeito a suas práticas pedagógicas e ao exercício de sua cidadania.

De outro lado, a participação de estudantes de diferentes cursos de graduação, no debate sobre Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável, no acompanhamento aos programas que vêm sendo desenvolvidos e no planejamento de atividades que possam apoiar a reflexão e o aprofundamento sobre essa temática, constitui-se num importante avanço no alcance dos objetivos que foram propostos inicialmente e daqueles que vêm sendo construídos coletivamente, a partir das novas demandas que vão se apresentando.

A instalação do GEPEADS, reunindo professores, estudantes e profissionais de várias instituições, já começa a se fazer perceber no interior da universidade como um local importante para a elaboração teórico-analítica, no que respeita à consciência ambiental e permitindo uma visão crítica sobre a educação Ambiental, contextualizando-a e problematizando-a na realidade de suas ambiências e práticas.

Reconhece-se o árduo trabalho que se tem pela frente e que as mudanças serão realizadas ao longo prazo, por isso a perseverança de realizações e a união dada por uma ideia-força alimentada em parceria, são elementos primordiais a ser tomado como parte intrínseca dos sujeitos envolvidos no processo.

Podemos perceber uma maior aproximação dos atores envolvidos nos Programas de Educação Ambiental do município de Cajazeiras, nas ações integradas de suas diversas secretarias executivas, evidenciando-se que anteriormente a Educação Ambiental era apenas uma dentre as ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Partindo-se da capacitação dos professores da rede municipal, que envolvia além daquela Secretaria, a Secretaria Municipal de Educação e Esportes e o Instituto de Educação, conseguiu-se penetrar nas atividades das Secretarias de Saúde, de Planejamento e na Secretaria de Governo da Prefeitura.

Nessas secretarias a Educação Ambiental, embora ainda não sendo assumida como uma política pública, é percebida como um instrumento de exercício da cidadania no sentido do melhor uso e aproveitamento das melhorias realizadas no município.

A importância da conscientização através da EA se dá de forma marcante, uma vez que o mau uso, por se mostra insustentável e a reflexão sobre sua insustentabilidade leva a posturas modificadoras.

O acompanhamento de todo o processo é fator fundamental para o alcance dos objetivos propostos e o que se tem percebido é um engajamento por parte dos sujeitos e a mudança gradual de atitudes, valores e posturas frente à questão ambiental.

Nota-se esse engajamento, quando os cursistas/professores foram e estão sendo capazes de se descobrirem propositivos no que diz respeito a suas práticas pedagógicas e ao exercício de sua cidadania.

De outro lado, a participação de estudantes de diferentes cursos de graduação, no debate sobre Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável, no acompanhamento aos programas que vêm sendo desenvolvidos e no planejamento de atividades que possam apoiar a reflexão e o aprofundamento sobre essa temática, constitui-se num importante avanço no alcance dos objetivos que foram propostos inicialmente e daqueles que vêm sendo construídos coletivamente, a partir das novas demandas que vão se apresentando.

A instalação do GEPEADS, reunindo professores, estudantes e profissionais de várias instituições, já começa a se fazer perceber no interior da universidade como um local importante para a elaboração teórico-analítica, no que respeita à consciência ambiental e permitindo uma visão crítica sobre a educação Ambiental, contextualizando-a e problematizando-a na realidade de suas ambiências e práticas.

Reconhece-se o árduo trabalho que se tem pela frente e que as mudanças serão realizadas ao longo prazo, por isso a perseverança de realizações e a união dada por uma idéia-força alimentada em parceria, são elementos primordiais a ser tomado como parte intrínseca dos sujeitos envolvidos no processo.

Podemos perceber uma maior aproximação dos atores envolvidos nos Programas de Educação Ambiental do município de Cajazeiras, nas ações integradas de suas diversas secretarias executivas, evidenciando-se que anteriormente a Educação Ambiental era apenas uma dentre as ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Nessas secretarias a Educação Ambiental, embora ainda não sendo assumida como uma política pública, é percebida como um instrumento de exercício da cidadania no sentido do melhor uso e aproveitamento das melhorias realizadas no município.

A importância da conscientização através da EA se dá de forma marcante, uma vez que o mau uso, por parte da população, das melhorias realizadas pelo poder público, pode acarretar na paralisação das obras ou reverter em maiores prejuízos para a própria população.

Cabe aqui ressaltar a importância da formação da equipe de estagiários que executa as ações de educação ambiental, sendo este um fator de acompanhamento e avaliação das

atividades realizadas, partindo-se assim para um processo de educação ambiental no nível não-formal, abrangendo não somente as escolas da rede municipal, mas também os moradores das diferentes comunidades onde estão situadas as escolas, ou num trabalho junto às associações de moradores e outros grupos organizados.

As ferramentas utilizadas para o acompanhamento e avaliação das atividades são as visitas periódicas às escolas e bairros, visando a verificação das maiores demandas das comunidades no que se refere à temática ambiental.

Desde o seu delineamento inicial, passando por cada uma das etapas que vêm sendo desenvolvidas, nos move uma ideia de educação e de ambiente, que se expressa muito bem nas palavras de Maturana (1998, p. 34-35):

“Para que educar? Para recuperar essa harmonia fundamental que não destrói, que não explora, que não abusa, que não pretende dominar o mundo natural, mas que deseja conhecê-lo na aceitação e respeito para que o bem-estar humano se dê no bem-estar da natureza em que se vive. Para isso é preciso aprender a olhar e escutar sem medo de deixar de ser, sem medo de deixar o outro ser em harmonia, sem submissão. Quero um mundo em que respeitemos o mundo natural que nos sustenta, um mundo no qual se devolva o que se toma emprestado da natureza para viver. (...) Quero um mundo no qual seja abolida a expressão ‘recurso natural’, no qual reconheçamos que todo o processo natural é cíclico e que, se interrompermos seu ciclo, se acaba”.

É possível aferir então que por intermédio da educação é possível que o ser humano internalize práticas saudáveis, tanto nas suas relações intra e interpessoais, como nas suas relações entre ele e o meio ambiente. Concebendo-o como parte deste e não sentir-se “desligado” do lugar de onde provém as condições necessárias a nossa subsistência. Entender que suas ações provocam impactos diretos ao meio ambiente e que seus recursos podem vir a cessar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano, na sua relação autoritária com o ambiente, tem compreendido tal relação numa dimensão antropocêntrica, de configuração economicista. Os desníveis sócio-educacionais, o preconceito étnico-cultural, a fragmentada e submissa cultura brasileira, a tênue participação política nos projetos de desenvolvimento, a orientação estatal para o progresso técnico a “qualquer custo”.

Entre tantas outras mazelas originárias dos modelos econômicos do passado e em curso e da nossa formação social, deixa-nos apreensivos quanto às escolhas de caminhos que devemos trilhar para efetivamente pensar e agir sobre o meio ambiente de forma sustentável.

A sociedade da chamada pós-modernidade nos remete à reflexão sobre as formações/modelos rígidos e ortodoxos, tanto os positivistas quanto os marxistas, os quais não nos permitiram a percepção de que somos seres constitutivos do meio social e natural.

Até hoje é presente a ideia de que somos sujeitos cognoscentes em oposição ou acima dos objetos cognoscíveis, a exploração de conhecimentos e técnicas que ajudaram a nos revelar o que podíamos extrair da natureza. Aos poucos percebemos que a natureza não é uma “Mãe Natureza” que está sempre pronta a nos “perdoar” dos erros cometidos contra ela.

O paradigma da ciência moderna, que separa em partes os fenômenos naturais/sociais sob a perspectiva da parcialização do conhecimento, tem refletido na educação uma epistemologia também parcializada. O ser humano tem sido educado para reproduzir práticas sociais que compreendem que o ambiente natural/social é dissociado de relações e interdependências.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, C. R. O ambiente, o sentimento e o pensamento: dez resgates de idéias para pensar as relações entre eles e o trabalho do educador ambiental. In: *Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental/ I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental*. Rio de Janeiro: INESC, 1997.

_____. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Lei 9795/99.

BRASIL, *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1998.

CARNEIRO, S. M. M. A dimensão ambiental na educação escolar: contextualização teórico-metodológica e diagnóstico nas séries iniciais da rede escolar pública. In: Raynaut, C. et al. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: em busca da interdisciplinaridade*. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2002.

- ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1994
- EZPELETA, J. & ROCKWELL, *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GANDIN, D. *A Prática do Planejamento Participativo*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.
- GONÇALVES, C.W.P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- LEIS, H. R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LEFF, E. (Coord.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOPES, A. O. *Repensando a didática*, in: GUIMARÃES, Mauro. *A Dimensão ambiental na educação*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- MACHADO, C (et al.). *Educação Ambiental consciente*. Rio de Janeiro: Wak, 2003.
- MATURANA, H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- MATURANA, H. & REZEPKA, S. N. *Formação humana e capacitação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SAITO, C. H. *Política Nacional de Educação Ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos*. IN: RUSCEINSKY, A.(org.). *Educação Ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- TEVES, N & RANGEL, M. *Representação Social e Educação*. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.